



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA E ARTICULAÇÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

16ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 25 de fevereiro de 2025 - das 9h às 11h.

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, Edifício Sede, 3º andar, Sala de reunião SPE – R2.

Membros presentes:

Órgão/Entidade/Instituição	Representante	Cargo
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Titular)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável
	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Aloísio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor DPMI
	Ana Paula Cunha Machado Cavalcante (Suplente)	Diretora DGOV

Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise
Ministério da Agricultura e Pecuária	Jorge Caetano Junior (Titular)	Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Délio Noel Gomes de Carvalho (Suplente)	Coordenador de Sustentabilidade e Adaptação a Mudanças Climáticas
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes
	Larissa Carolina Loureiro Villarroel (Suplente)	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Ministério de Minas e Energia	José Nilton de Souza Vieira (Suplente)	Coordenador-Geral de Etanol e Biometano
Ministério de Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Titular)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE
Ministério de Povos Indígenas- MPI	Ary Pereira Bastos (Titular)	Coordenador-Geral de Promoção à Justiça Ambiental e Climática
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais
Ministério da Saúde	Fábio David Reis (Suplente)	ATPS - Assessor Técnico Especializado
Advocacia Geral da União - AGU	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão/Entidade/Instituição	Representante	Cargo
Ministério da Saúde	Gustavo dos Santos Souza	
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Klenize Chagas Favero	Especialista em Comércio Exterior
	Thaynara Kessia Pereira	Analista Ambiental
	Roberta Zecchini Cantinho	Diretora de Políticas para Controle e Desmatamento e Incêndios
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Demétrio Florentino de Toledo Filho	Analista de Comércio Exterior
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Marcelo Guimarães	
BNDES	Robson Enéas de Oliveira	
	Daniela Baccas	
Inmetro	André César de Figueiredo	
	Adriana Paiva	Analista executivo em metrologia

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

Foi verificado o quórum e identificados os membros presentes.

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida.

Os participantes enfatizaram que, diante da crescente atenção global voltada ao mercado de carbono e ao potencial do Brasil nesse segmento, é essencial que o país adote normas claras e mecanismos transparentes para a autorização de transferências internacionais de créditos. A ausência de tais diretrizes poderia gerar insegurança jurídica e comprometer a credibilidade nacional nesse mercado emergente.

Foi reforçado que a construção dessas normas deve ocorrer de forma colaborativa, envolvendo diversos atores públicos e privados. Essa abordagem busca assegurar que os interesses climáticos e econômicos do Brasil sejam devidamente protegidos, promovendo um ambiente favorável para atração de investimentos e desenvolvimento sustentável.

2 – Apresentações Casa da Moeda, BNDS e INMETRO

Dando continuidade aos trabalhos, foram realizadas apresentações por representantes da Casa da Moeda, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

2.1. Casa da Moeda do Brasil (CMB): A Casa da Moeda apresentou sua proposta para atuar como certificadora nacional de créditos de carbono, destacando sua ampla experiência na produção de documentos e produtos que exigem elevado nível de controle e autenticidade.

A proposta prevê que a Casa da Moeda não atue de forma exclusiva, mas como uma alternativa que concorra com outras certificadoras já estabelecidas no mercado. Essa atuação busca oferecer uma solução mais alinhada às particularidades territoriais, ambientais e sociais do Brasil.

Além de atuar como certificadora, a Casa da Moeda propõe o desenvolvimento de uma plataforma digital para o registro e controle dos créditos de carbono. Essa plataforma terá como diferencial o uso de tecnologia blockchain, que garantirá maior segurança e rastreabilidade, reduzindo riscos como a dupla contagem de créditos — uma preocupação recorrente no mercado.

Por fim, a Casa da Moeda destacou sua capacidade de integrar dados provenientes de diferentes órgãos públicos e privados, o que ampliaría a transparência e confiabilidade do processo de certificação.

2.2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): O representante do BNDES apresentou os principais desafios enfrentados pelos projetos que dependem da certificação de créditos de carbono, destacando que as empresas certificadoras têm encontrado dificuldades operacionais para acompanhar a crescente demanda. Essa limitação tem gerado atrasos e dificultado o avanço de importantes projetos ambientais.

Diante desse cenário, o BNDES anunciou sua intenção de realizar uma consulta pública logo após o Carnaval, com o objetivo de colher contribuições da sociedade para identificar a melhor forma de apoiar esse segmento.

O BNDES ressaltou que essa iniciativa está diretamente vinculada ao apoio a projetos de restauração florestal em estados da Amazônia, como Rondônia, Amazonas e Amapá. Tais projetos, que visam recuperar áreas degradadas por meio de ações de reflorestamento, têm potencial para gerar mais de 14 bilhões de reais em investimentos nos próximos cinco anos, combinando benefícios ambientais e econômicos.

Além disso, destacou-se a necessidade de discutir o desenvolvimento de metodologias nacionais de certificação, que sejam adaptadas às características dos biomas brasileiros e aos aspectos legais e fundiários do país.

Por fim, o BNDES sugeriu que o GTT SBCE avaliasse a possibilidade de aproveitar os resultados da consulta pública e do estudo técnico planejado como subsídios para aprimorar as discussões do grupo.

2.3. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO):

Representantes do INMETRO apresentaram o arranjo institucional do instituto e as possíveis conexões entre as áreas de atuação do mesmo com a governança do mercado de carbono, com destaque para a avaliação da conformidade, verificação de relatos, *compliance* e auditoria. Foi explicado que o INMETRO, como órgão acreditador, poderia auxiliar na acreditação de organismos de verificação, além de garantir a qualidade das medições, que são essenciais para assegurar a integridade e a confiabilidade dos créditos de carbono.

Também foi mencionado que o INMETRO que está desenvolvendo uma proposta de arcabouço regulatório para o mercado de carbono, que incluirá regras para a acreditação de organismos de verificação, a verificação de projetos de carbono e a emissão de créditos de carbono. Além disso, o INMETRO pretende criar um sistema de registro de créditos de carbono, que permitirá rastrear os créditos desde a sua emissão até a sua aposentadoria.

3 – Informes Gerais

Nos informes gerais, os participantes destacaram a importância de estabelecer critérios claros para a autorização de transferências internacionais de créditos de carbono. Esse ponto foi considerado essencial para garantir a segurança jurídica e proteger a imagem do Brasil no mercado internacional.

Além disso, foi levantada a necessidade de discutir a regulamentação dos créditos de carbono gerados por biocombustíveis, como forma de incentivar a descarbonização do

setor de transportes. Os participantes destacaram o potencial dos biocombustíveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a importância de criar um mercado de carbono que reconheça e remunere essa contribuição.

Enfatizou-se que as autorizações devem estar sempre alinhadas com os compromissos climáticos do país e com as metas estabelecidas na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Para isso, foram debatidas medidas que garantam maior previsibilidade e transparência no processo de autorização, como forma de garantir o cumprimento das metas climáticas do Brasil.

Outro ponto abordado foi a necessidade de estabelecer salvaguardas que protejam os resultados efetivos das ações climáticas do Brasil, considerando que a geração e verificação de créditos de carbono podem ocorrer em momentos distintos. Essa defasagem temporal foi destacada como um aspecto crítico que deve ser tratado na regulamentação do SBCE.

Durante essa seção, foi proposta a criação de uma comissão de redação encarregada de elaborar uma minuta de norma para regulamentar o SBCE.

A expectativa é que a norma esteja pronta para ser apresentada ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM) até setembro, visando sua aprovação final antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), prevista para novembro.

4 – Conclusão e próximos passos

Ao final da reunião, destacou-se a relevância do trabalho colaborativo no processo de regulamentação do SBCE, ressaltando que a participação ativa dos membros do GTT será essencial para o êxito da construção normativa.

Por fim, foi definido que a próxima reunião do GTT SBCE ocorrerá no dia 18 de março de 2025, com o objetivo de dar continuidade à discussão sobre a minuta de norma e avaliar as contribuições que vierem a ser apresentadas na consulta pública.